
JOVENS, ESCOLAS E CIDADES: Desafios à autonomia e à convivência^(*)

Paulo Carrano^(**)

RESUMO

O artigo aborda o conceito de juventude destacando o quadro societário contemporâneo em seus processos de individuação das trajetórias sociais. O artigo chama atenção para os limites das abordagens sociológicas que deduzem de maneira imediata e especular o “ser jovem” de sua posição social, desconsiderando a singularidade dos percursos biográficos e escolhas no curso da experiência. Da mesma forma, tecem-se críticas às apropriações pós-estruturalistas que colocam todo o peso na capacidade de agência dos atores na constituição dos modos de vida. Há uma aposta em jogo: escolas e outros territórios educativos das cidades podem se constituir em suportes existenciais para que jovens realizem a transição para a vida adulta em contextos de estímulo à autonomia e convivência democrática.

Palavras-chave: Juventude, escola, cidade.

JOVENS E TRANSIÇÕES PARA A VIDA ADULTA

A “questão juvenil” vem ocupando, nas últimas duas décadas, um lugar de significativa relevância no contexto das grandes inquietações mundiais. Isso se expressa tanto em preocupações mais gerais relacionadas com a inserção dos jovens na vida adulta quanto em âmbitos específicos que relacionam os jovens com as famílias, a educação, o mundo do trabalho, a sexualidade, as novas tecnologias, as drogas e a violência, dentre outros aspectos que transformam a juventude em “campo problemático”. Uma das características de nossas sociedades contemporâneas está relacionada com a velocidade das mudanças que ocorrem nas esferas da produção e reprodução da vida social. Sem dúvida, os jovens são atores-chave desses processos e interagem com eles, algumas vezes, como protagonistas e beneficiários das mudanças e por outras vezes sofrem os prejuízos de processos de “modernização”, produtores de novas contradições e desigualdades sociais.

Para Melucci (2004), ser jovem não é tanto um destino, mas escolha de transformar e dirigir a existência. É nesta perspectiva que os jovens são considerados pelo autor como a ponta de um *iceberg* que, se compreendida, pode explicar as linhas de força que alicerçarão as sociedades no futuro (MELUCCI, 2001 e 2004). Hoje, os jovens possuem um campo maior de autonomia frente às instituições do denominado “mundo adulto” para construir seus próprios acervos e identidades

^(*) Este artigo é baseado na comunicação apresentada no II Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação, realizado na cidade Portoalegre, Portugal, 2009.

^(**) Professor adjunto IV da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da UFF. Bolsista produtividade do CNPq – Nível 2. Coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro, UFF (<http://www.uff.br/observatoriojovem>).

culturais. Há uma rua de mão dupla entre aquilo que os jovens herdam e a capacidade de cada um construir seus próprios repertórios culturais.

Sem desconsiderar os pesos específicos das estruturas e condicionamentos sociais, um dos princípios organizadores dos processos produtores das identidades contemporâneas diz respeito ao fato de os sujeitos selecionarem as diferenças com as quais querem ser reconhecidos socialmente. Isso faz com que a identidade seja muito mais uma escolha do que uma imposição. Uma das mais importantes tarefas das instituições, hoje, seria a de contribuir para que os jovens possam realizar escolhas conscientes sobre suas trajetórias pessoais e constituir os seus próprios acervos de valores e conhecimentos que já não mais são impostos como heranças familiares ou institucionais. O peso da tradição encontra-se diluído e os caminhos a seguir são mais incertos. Os jovens fazem seus trânsitos para a vida adulta no contexto de sociedades produtoras de riscos – muitos deles experimentados de forma inédita, tal como o da ameaça ambiental e do tráfico de drogas –, mas também experimentam processos societários com maiores campos de possibilidades para a realização de apostas frente ao futuro.

A sociedade se vê atravessada por processos societários inéditos como consequência de mutações de natureza global. Um tempo histórico de *aceleração temporal* estaria criando uma *nova juventude* (LECCARDI, 2005). Essa se desenvolveria em contextos de novas alternativas de vida apresentadas pelo desenvolvimento científico-tecnológico e novos padrões culturais nos relacionamentos entre as gerações. Há riscos e incertezas provocados por um processo de globalização marcado pela desigualdade de oportunidades e pela fragilização dos vínculos institucionais. Para Leccardi (2005), a velocidade contemporânea tem consequências marcantes, não só para a vida das instituições, mas também para construções biográficas individuais que são forçadas a uma contínua mistura.

O debate sobre os jovens e a juventude assumiu distintas configurações que orientam diferentes maneiras de pensar a juventude. A definição pelo corte de idade é um modo de se definir o universo de sujeitos que vivem o tempo da juventude. Este é um critério variável e muda de país para país. Na América Latina vai se estabelecendo o consenso de que os jovens devem ser considerados até os 29 anos¹. A definição da juventude por idade encontra elementos objetivos no aspecto da maturidade biológica e sua delimitação se reveste de importância para as políticas públicas, notadamente, quando se pensa em contagem de população, definição de políticas e

¹ O Congresso Nacional Brasileiro, em 13 de julho de 2010, aprovou a PEC (Projeto de Emenda Constitucional) 42/2008, a chamada PEC da Juventude, que insere na Constituição o termo “juventude” e estabelece a faixa etária de 15 a 29 anos para essa população. Sobre a PEC da Juventude consultar: <www.juventude.gov.br>.

recursos orçamentários. Compreender os jovens apenas pelo fator idade, contudo, seria simplificar uma realidade complexa que envolve elementos relacionados ao simbólico, ao cultural e aos condicionantes econômicos e sociais que estruturam as sociedades.

E mesmo as contagens censitárias e sondagens reagem às transformações ocorridas nos planos econômicos, culturais e políticos. Recentemente o instituto de pesquisa IARD², principal instituto de pesquisas e sondagens sobre a realidade dos jovens italianos, alterou a coorte superior de suas pesquisas para a faixa de 34 anos. Operou dessa forma na busca de capturar a dinâmica social daqueles indivíduos que prolongam a juventude por não encontrar os caminhos de trânsito social e econômico para a vida adulta. São jovens que permanecem na casa de seus pais por opção, prolongam o período de formação escolar ou experimentam a dependência econômica familiar provocada pela retração dos níveis de emprego no quadro do desemprego estrutural que se globalizou por todos os países.

Sem desconhecer as outras maneiras possíveis de se enxergar a juventude, autores enfatizam os processos de transição para a vida adulta e centram análises nos diferentes processos culturais e históricos que configuram as novas gerações de adultos (DUBET, 1996; GALLAND, 1996; ATTIAS-DONFUD, 1996; PAIS, 2003). A combinação de distintas maneiras de enxergar a questão juvenil colabora para se tentar responder à pergunta sobre quando alguém deixa de ser jovem e atinge a vida adulta. Essa resposta, que não pode ser dada definitivamente, depende tanto dos indicadores relacionados a transformações vividas pelo corpo biológico quanto àquilo que se refere aos dados sociais objetivos e às representações que cada sociedade empresta ao conceito de jovem e juventude. Em outras palavras, trata-se da idade objetiva, medida em anos de vida, em combinação com as representações sociais que são feitas sobre as idades.

Um dos traços mais significativos das sociedades ocidentais é que crianças e jovens passam a ser vistos como sujeitos de direitos e, especialmente os jovens, como sujeitos de consumo. A expansão da escola, a criação de mercado cultural juvenil exclusivo e a postergação da inserção no mundo do trabalho são marcas objetivas da constituição das representações sociais sobre o ser jovem na sociedade (CRUZ, 2000). A realização plena deste ideal de jovem liberado das pressões do mundo do trabalho e dedicado ao estudo e aos lazeres é objetivamente inatingível para a maioria dos jovens. Entretanto, este ideal-tipo de vivência do tempo juventude é visivelmente existente no plano simbólico. Pais (2010) alerta para a necessidade de estarmos atentos para perceber as distâncias existentes entre as “topografias ideais” – as representações que se faz sobre as idades – e

² Ver Instituto IARD: <<http://www.institutoiard.it/intro.asp>>. Disponível em: 14 jun. 2009.

as “tropografias reais” que seriam expressões das biografias. Bourdieu (1983) afirmou que a juventude é apenas uma palavra, trazendo a reflexão sobre a necessária relatividade histórica e social desse ciclo de vida. A fase de vida não pode ser enxergada como uma coisa em si, mas ser compreendida em seus relacionamentos entre diferentes grupos sociais, sociedades e classes de idade. Somos sempre o jovem ou o velho de alguém, disse também o sociólogo francês. Porém, é preciso considerar que “juventude” é noção produtora de sentidos e contribui para o estabelecimento de representações sociais.

As passagens entre os tempos da infância, da adolescência, da juventude e vida adulta podem ser entendidas como “acordos societários”. De certa forma, as sociedades estabelecem acordos intersubjetivos e normas culturais que definem o modo como o juvenil é conceituado ou representado (condição juvenil). Em algumas sociedades, os rituais de passagem para a vida adulta são bem delimitados e se configuram em ritos sociais. Em nossas sociedades urbanas, principalmente, as fronteiras encontram-se cada vez mais borradas e as passagens de épocas geracionais não possuem marcadores precisos. Calvo (2005) formula a ideia da existência de um bloqueio da emancipação juvenil que se caracterizaria pelo aumento da duração média do lapso vital. A juventude deixa, então, de ser uma passagem entre a infância e a vida adulta para eternizar-se; evidência disso seria a quase impossibilidade de os jovens conseguirem meios para casar antes dos 30 anos. A manutenção dos vínculos de dependência material familiar em quadro de emancipação simbólica seria outra evidência do fenômeno do prolongamento da juventude.

Algumas dimensões marcavam o fim da juventude e a entrada dos jovens no mundo adulto: terminar os estudos, conseguir trabalho, sair da casa dos pais, constituir a própria moradia e família, casar e ter filhos. Estas são “estações” de uma trajetória juvenil idealizada que não pode mais servir para caracterizar definitivamente a “transição da juventude para a vida adulta”. A perda da linearidade nesse processo pode ser apontada como uma das marcas da vivência da juventude na sociedade contemporânea. Pais (2003) denomina esse processo de passagem das formas lineares de transição para passagens de características inéditas como de “tipo *yo-yo*”, reversíveis ou labirínticas.

Schaller (2009) radicaliza o debate ao afirmar que não há mais transição para a vida adulta. A indeterminação das idades teria levado ao fim da passagem e tudo se resumiria à gestão dos momentos. No contexto da erosão dos aparelhos de socialização e das próprias capacidades das instituições em se afirmarem na vida social, faria mais sentido focar o interesse das pesquisas nos jovens e não nos aparelhos de socialização e instituições. Para o Schaller (2009), o importante seria tentar perceber no encontro com os jovens os *pontos de conflito*, tal como assinalou Alan Touraine,

ou *pontos de controvérsia*, na esteira de Bruno Latour, que fariam emergir a realidade dos próprios aparelhos e instituições. Schaller assinalou, ainda, que na França os jovens vivem – encontram sentidos – em outros lugares (internet, trabalhos, lazeres) distintos da escola.

Sposito (2002) comenta sobre a existência da “dissociação no exercício de algumas funções adultas” (descristalização) ou separação entre “a posse de alguns atributos do seu imediato exercício” (latência). As etapas da vida obedecem cada vez menos às normatizações e às regulações das instituições tradicionais como a família, a escola e o trabalho sem constituírem fases muito bem definidas (*descronologização*). As próprias instituições destinadas à socialização de crianças e jovens vivem dificuldades para impor seus programas institucionais em face de um processo de individualização cada vez mais acentuado (DUBET, 2006, p. 32)³.

Nesse debate, longe de se definir se ainda é possível falar ou não de transição, torna-se mais importante ter em conta as muitas maneiras de ser jovem hoje e também inventariar os pontos sempre móveis de demarcação da “entrada na vida adulta”. Os jovens vivem experiências concretas que se aproximam mais ou menos da “condição juvenil” representada como a ideal ou dominante. Em outras palavras, nem todos os jovens vivem a sua juventude como uma situação de trânsito e preparação para as responsabilidades da vida adulta. Isso significa dizer, por exemplo, que para jovens das classes populares as responsabilidades da “vida adulta”, especialmente a “pressão” para a entrada no mercado de trabalho, ou ainda a experiência da gravidez, de maternidade e de paternidade, chegam enquanto esses estão experimentando um tipo determinado de vivência do tempo de juventude. E nem mesmo a escola – essa instituição que criou um espaço-tempo específico para a socialização das gerações não adultas – para muitos jovens das classes populares pode ser vivida como momento de *moratória social* (MARGULIS e URRESTI, 1996)⁴.

As desigualdades educacionais, caracterizadas principalmente pelas baixas taxas de universalização de educação média e superior no Brasil, acentuam a heterogeneidade do que pode ser denominado de “estruturas de transições”⁵. A trajetória de busca e inserção no mundo do trabalho

³ Por programa institucional defini-se o processo social que transforma valores e princípios em ação e em subjetividade por intermédio de um trabalho profissional específico e organizado, tal como aquele que é desenvolvido pela escola.

⁴ A moratória é compreendida como uma licença da necessidade do trabalho que permitiria ao jovem dedicar-se à formação, aos estudos, ao associativismo e aos lazeres.

⁵ De maneira distinta, no Chile, por exemplo, ocorre uma espécie de homogeneização parcial da estrutura de transições nos distintos setores da juventude, que se deve principalmente às transformações ocorridas no plano educacional que promoveram a universalização do acesso ao ensino médio naquele país. As altas taxas de cobertura em educação secundária, somada à obrigatoriedade que recentemente se definiu de doze anos de

dos jovens, especialmente os das famílias mais pobres, é incerta, ou seja, esses ocupam as ofertas de trabalho disponíveis que, precárias e desprotegidas em sua maioria, permitem pouca ou nenhuma possibilidade de iniciar ou progredir numa carreira profissional. A informalidade é crescente à medida que se desce nos estratos de renda e consumo do beneficiário do emprego. O aumento da escolaridade, em geral, coincide com maiores chances de conseguir empregos formais, algo decisivo para os jovens, considerando que o desemprego juvenil no Brasil é, em média, quase três vezes maior que o do conjunto da população.

Enxergando por esse prisma, é possível afirmar que os condicionantes sociais que delimitam determinada estrutura de transição (processo de mudanças para distintas situações de vida) interferem na *constituição das trajetórias sociais* dos jovens, na constituição de seus “modos de vida” (GUERRA, 1993) e na possibilidade que encontram de elaborar seus sentidos de futuro. *Transição* faz referência a um duplo processo que inclui mudanças biológicas próprias do crescimento e também marcos de passagem de determinadas situações de vida a outras (a maternidade ou não maternidade, a inatividade ou vida produtiva, etc.). Por sua vez, na noção de *trajetória* o importante vem a ser as *posições* ocupadas pelo indivíduo ao longo da sua vida e que caracterizam sua *biografia*.

Assim, as trajetórias sociais dos indivíduos poderiam ser representadas por um traço inscrito num *espaço social* e pelo *habitus* de classe (BOURDIEU, 1996). A presença em determinada condição de classe definiria capitais específicos (social, cultural, simbólico e econômico) e estruturaria um dado espaço social. O efeito de *trajetória coletiva* ocorre quando os agentes que se encontram em posições próximas apresentam a mesma condição de classe. Isso permitiria que esses partissem de posições similares produtoras de trajetórias com destinos também similares. Pierre Bourdieu reconheceu, contudo, que mesmo com a forte estruturação provocada pelas marcas da origem familiar e de classe, sempre sobriariam margens e possibilidades para que os agentes pudessem tomar distância e seguir rumos alternativos ao que determinaria a trajetória típica de classe. Esse seria o efeito da *trajetória individual* que, em circunstâncias especiais, atuaria alargando os limites das posições nas estruturas sociais.

Lahire (2002), ao discutir os determinantes da ação e o que definiu como “homem plural”, critica as abordagens sociológicas, em especial a de Bourdieu, que tendem a criar um quadro de unicidade e homogeneidade tanto da cultura quanto dos destinos do ator. O “operário”, o “jovem”, o “pobre”, a rigor não existiriam além dos marcos sociológicos construtores de uma falsa unidade

escolarização, de alguma maneira fez com que a grande maioria dos jovens apresente uma estrutura de transição similar até a idade em que normalmente se completa a educação secundária (SOTO e LEÓN, 2007, p. 51).

sociológica. Nesse sentido, concorda com Goffman (1993) e sua crítica ao mito da identidade pessoal invariável.

É preciso assinalar, contudo, que o uso da noção de trajetória pode conferir um caráter de linearidade às análises biográficas. A adoção de orientação que acentue o peso das estruturas e condicionantes sociais corre o risco de tentar deduzir as biografias e histórias de vida das origens de classe dos sujeitos investigados. Nessa direção, Juan (1991) também critica Bourdieu por esse fazer coincidir o indivíduo com sua posição social. Essa postura metodológica negligenciaria os esforços e ações relacionados com as tentativas individuais ou familiares de ascensão social. A vinculação das biografias e estratégias criaria um problema de análise da dinâmica interna das próprias classes sociais que dificultaria a construção de uma “sociologia dos modos de vida”. É nesse sentido que Juan (1991) assinala serem os modos ou estilos de vida as novas classes sociais. Os indivíduos não seriam, então, resultado da interiorização dos recursos coletivos. Da mesma forma, as disposições dos atores em relação ao seu futuro constituiriam uma boa pista para analisar as estratégias de evoluções culturais e os fenômenos de mobilidade. E, nesse sentido, diferente do que apontou Bourdieu, a atitude de projetar o futuro não seria um dos atributos essenciais somente das posições sociais superiores. As classes trabalhadoras utilizariam distintas estratégias para conquistar ascensão social e que estariam relacionadas com diferentes tipos de associativismos e sociabilidades ou mesmo com a busca em se aprofundar no conhecimento do *métier* de trabalho (JUAN, 1991, p. 79). Na mesma perspectiva de relativizar o peso das posições sociais e constrangimentos da ação, Dubet (1994) assinala:

Os papéis, as posições sociais e a cultura não bastam para definir os elementos estáveis da ação porque os indivíduos não cumprem um programa, mas têm em vista construir uma unidade a partir dos elementos vários de sua vida social e da multiplicidade das orientações que consigo trazem. (p. 16)

INDIVIDUAÇÃO E ENTRADA NA VIDA ADULTA

Schwartz, Côté e Arnett (2005) realizaram estudo com jovens no processo de transição para a vida adulta buscando conhecer as relações entre formação da identidade e o que denominaram de “agência” no processo de individuação. Os autores americanos reconhecem que o estudo sobre a emergência da vida adulta – o prolongamento da transição para a vida adulta que se estenderia até os 20 anos – tornou-se área significativa de pesquisa. Entretanto, ainda que as questões relacionadas com a identidade sejam continuamente abordadas, o papel da agência pessoal e da individuação no processo de formação da identidade durante os anos de juventude ainda não seriam bem

compreendidos. Os níveis mais elevados de agência estariam positivamente relacionados à exploração e à flexibilidade de compromissos e ao não conformismo e contrária e negativamente associados com a desocupação dos jovens. Assinalam ainda, a partir dos estudos de Arnett (2000 e 2001), que apesar da existência de novos arranjos que expandiram a possibilidade da chegada da vida adulta (relacionados com a carreira, o romantismo, a visão de mundo, etc.) há um decréscimo nos suportes coletivos para a formação da identidade. De um modo geral, os resultados da pesquisa realizada por eles indicam que jovens em transição para a vida adulta são distintos em suas características, e que deve se ter em mente essa noção de diversidade em qualquer tentativa de caracterizá-los como um grupo (ARNETT, 2000, *apud* CÔTE *et al.*). Alguns jovens adultos parecem estar bem preparados para fazer seu caminho para os papéis e responsabilidades da vida adulta, de modo estável, coerente, e com compromisso baseado em identidades. Outros necessitarão de ajuda externa na forma de intervenção ou suportes para realizarem a transição para a assunção de papéis e responsabilidades.

Em outro trabalho, Côté (2002) reexamina a tese da individuação também para discutir o processo de transição para a vida adulta. Ele irá criticar as proposições pós-estruturalistas que colocariam maior acento na importância da agência e na capacidade dos jovens organizarem seus próprios destinos do que em condições objetivas, tais como a classe social. Em estudo longitudinal que acompanhou durante dez anos estudantes canadenses, o pesquisador assinala o peso específico da origem de classe no processo de transição. Jovens de classe média, por exemplo, que frequentam universidades são levados a competir uns com os outros e se adaptar às circunstâncias da modernidade tardia e são provocados a melhorar ou ao menos manter o seu desempenho de classe social de origem. Da mesma forma, a não conclusão do ensino secundário constituiria uma barreira estrutural para acesso a níveis superiores de renda.

Os suportes para que os jovens possam realizar suas transições tornaram-se mais tênues, com fortes disjunções entre as redes institucionais. Exemplo disso seria a disjunção entre a escolarização – e a formação universitária, em especial –, e o acesso aos postos de trabalho. Nesse sentido, há concordância entre os autores dos estudos sobre juventude de que o curso de vida tornou-se instável e as trajetórias pessoais menos previsíveis. O desafio maior de investigação estaria em determinar as implicações das mudanças que ocorrem no curso dessa “modernidade tardia”.

Côté (2002) critica o que considera relativização demasiada do peso das estruturas e o elogio da capacidade dos agenciamentos pessoais que teria encontrado em determinados autores. Questiona-se em que medida as pessoas seriam verdadeiramente livres e agentes capazes de

determinar seu próprio destino, ao contrário de serem canalizadas por forças estruturais associadas com a classe social, o gênero ou fatores objetivos similares. Nesse sentido, o autor questiona a extensão das verdadeiras mudanças que teriam ocorrido na modernidade tardia e exemplifica com a ilusão de igualdade produzida pelo consumo de massa. Em seu entender, as “múltiplas escolhas” da contemporaneidade não seriam de fato algo digno do conceito de liberdade de escolha. No estudo citado, propõe-se que os jovens busquem alternativas que permitam adquirir “capital de identidade”⁶, aproveitando ou compensando os buracos institucionais e déficits da modernidade para que possam fazer a transição entre a universidade e o trabalho e concluir, assim, o processo de individuação.

O sociólogo peruano Danilo Martuccelli (2007a e 2007b), adotando uma atitude teórico-metodológica que combina reconhecimento dos posicionamentos sociais e capacidade de agência, afirma que o *interrogante maior de uma sociologia do indivíduo é o de saber como o indivíduo é capaz de sustentar-se no mundo*. E é, nessa perspectiva, que se apresenta a discussão sobre o que denominou de *suportes existenciais*. Os suportes podem ser definidos como a relação entre recursos subjetivos que os indivíduos conseguem articular para que se sustentem a si mesmos e o entorno social existente na forma de redes e apoios materiais e simbólicos. Um suporte não se define, então, apenas como um apoio material, pois ele pode ser mesmo uma relação afetiva ou uma representação que contribua para apoiar o indivíduo na tarefa de sustentar-se no mundo.

O indivíduo é sustentado por um conjunto de suportes (materiais e simbólicos). E para um sujeito descentrar-se de si e ao mesmo tempo distanciar-se do mundo social, individuar-se, exige-se, em contrapartida, sua inserção prática em redes sociais. Para a análise sociológica não importam quantos sejam os suportes, não se trata de reconhecer se determinados suportes são bons ou maus, mas sim o papel que esses desempenham nas experiências dos indivíduos. O estudo dos suportes gira, em última instância, em torno da consistência dos ambientes que envolvem os indivíduos. É possível afirmar que todos os indivíduos têm suportes, mas que nem todos garantem o êxito da individuação. Isso porque alguns suportes assumem o caráter de tutela e criam relações de dependência que roubam a possibilidade de construção do sujeito autônomo.

⁶ Isso poderia envolver um desenvolvimento estratégico na base de possíveis recursos passíveis de troca, tais como habilidades, aparência e habilidades de interação. Esses recursos podem ser tanto tangíveis (por exemplo, apoio de parentes e investimento dos pais em seus filhos, como a participação em irmandades e fraternidades) ou mesmo intangíveis (por exemplo, o desenvolvimento de uma personalidade ativa, o estabelecimento de laços de identidade ou articulação de formas avançadas de desenvolvimento psicossocial e intelectual). Côté (2002) assinala o papel decisivo que as instituições educativas, notadamente a universidade, podem desempenhar neste processo de aquisição de “capital de identidade” para os jovens em processo de transição para a vida adulta.

O estudo da individuação dos jovens em seus processos de experimentação do tempo da juventude e transição para a vida adulta exige o olhar sobre a inscrição concreta das trajetórias de vidas individuais. Não se pode desconsiderar, contudo, as relações que as biografias estabelecem com os condicionantes e transformações sociais globais que afetam a vida de todos, ainda que nem todos vivam diretamente essas transformações e reajam a elas da mesma forma. Sobre isso, Caradec e Martuccelli (2004) não desconhecem que os indivíduos estão situados em espaços sociais determinados segundo suas origens de classe e processos socializadores nos quais estiveram imersos. Entretanto, os autores assinalam a impossibilidade de deduzir pura e simplesmente as trajetórias individuais segundo essas posições, espaços ou *habitus* de classe e socialização.

Deduzir trajetórias e biografias a partir de determinantes sociais seria postura teórico-metodológica incompatível com a análise de sociedades complexas. O que se está chamando de uma sociologia da individuação é, então, algo que não mais acredita em análises que estabeleçam uma suposta relação direta entre a dinâmica dos destinos sociais e a individualidade. O que se busca reforçar é que os jovens de espaços populares, ainda que possam compartilhar de posições sociais em comum – ou mesmo destinos geracionais em comum, tal como assinalou Mannheim (1993) – articulam histórias de vida únicas. Essas não são redutíveis às médias estatísticas ou aos sujeitos coletivos definidos externamente aos grupos sociais específicos e territórios existenciais.

Em processos de investigação social ou mesmo de mediação educacional, social ou cultural, ao considerarmos a dimensão pessoal da vida social reconhecemos também que as pessoas não são simplesmente moldadas por condições estruturais. Há um jogo de adaptação e interações no qual elas conferem um sentido próprio às condições que tendem a determinar suas vidas (MELUCCI, 1994a).

Para Martuccelli (2007a) os indivíduos, ao serem obrigados a se defrontar com obstáculos diversos (provas), socialmente produzidos e diferencialmente distribuídos, podem ter “êxito” ou “fracassar” (“chumar”, diz-se em Portugal), tal como ocorre em toda a prova no sentido mais escolar do termo. As provas não são independentes das posições e dos contextos sociais realmente vividos, mas são heterogêneas no interior de uma mesma posição social e dos contextos de vida semelhantes. As provas, sendo múltiplas, explicariam os sentimentos plurais que experimentam os atores uma vez que o que “ganham” em determinado momento, podem perder em outro. Em todo caso, muitas das características sociais e individuais (em termos de gênero, de idade, de estado de saúde e de recursos materiais) adquiririam sentido na relação com essas provas através do contexto social que rodeia o indivíduo. Assim, o principal problema de investigação não seria o de quantificar os recursos disponíveis para os atores ou mesmo aquilo que lhes falta, mas descobrir no

interior de determinado contexto social as provas efetivamente vividas pelos atores. Entre as provas subjetivas, as posições estruturais e os estados sociais existem relações complexas e múltiplas que vão da dominação evidente à desfiliação problemática que pode levar ao isolamento social ou a condutas antissociais.

Esta orientação teórico-metodológica desafia a pesquisa sobre os modos de vida dos jovens. O que se busca, então, é o equilíbrio no jogo de escalas que se faz entre o plano geral das estruturas sociais e o “zoom” sociológico que desce aos dramas individuais e singularidades biográficas. O desafio é o de estabelecer relações entre processos coletivos e histórias singulares. As pistas referenciais do sociólogo peruano Danilo Martuccelli sugerem a limitação do exame dos processos sociais de determinada realidade histórica concreta que se encontram envolvidos na construção das trajetórias individuais. Alguns âmbitos seriam cruciais no contexto das contemporâneas mutações societárias: *a) a trajetória escolar; b) a relação com o trabalho e a situação de emprego ou desemprego; c) a relação com o espaço e a mobilidade; d) a vida familiar e privada.* (MARTUCCELLI, s/d).

JOVENS, CIDADES E ESCOLAS – DESAFIOS AO DIÁLOGO

A cidade e os seus territórios concebidos como espaços praticados e redes de relações configuram um amplo espectro dos fatos sociais educativos. Na maior ou menor restrição de circulação dos jovens pelo território urbano jogam-se, além do direito democrático de livre circulação pela cidade, as múltiplas lógicas de emancipação, independência, autonomização familiar e passagem para vida adulta (SINGLY, 2001; KAUFMAN e WIDMER, 2005).

Os jovens moradores de morros, favelas e espaços periféricos da cidade⁷ com os quais temos dialogado no Brasil vivem experiências socializadoras – sociabilidades locais e processos ampliados de socialização – em territórios marcados pelo poder das armas, pelo medo e também pelo fascínio exercido por traficantes de drogas e outros criminosos. Os jovens de favela também vivem a crueldade da presença de agentes policiais que agem violenta e corruptamente nessas comunidades, simultaneamente, violentas e violentadas. O quadro da violência física e simbólica é agravado pela sonegação do direito à circulação e fruição sociocultural do espaço urbano. Há evidente estreitamento da mobilidade seja por força de fatores econômicos objetivos associados ao custo do transporte urbano, seja pelos “muros invisíveis” que a cidade impõe aos periféricos.

⁷ Sem desconhecer a diferenciação geográfica e populacional que cada uma dessas denominações encerra, e também a imprecisão que as mesmas podem assumir, adotarei para efeito de simplificação do discurso o termo “jovens moradores de favela”, notadamente pelo uso disseminado que o termo assumiu no Brasil.

Prestar atenção sobre a correlação entre imersão territorial e suas consequências para o processo de transição para a vida adulta pode contribuir para que o debate sobre os jovens e a juventude não se desenvolva somente tomando como medida a dimensão temporal. Nesta perspectiva, MacDonald, Shildrick, Webster e Simpson (2005) realizaram estudo qualitativo de caráter longitudinal com jovens adultos daqueles que denominaram como “alguns dos bairros mais pobres da Inglaterra”. O que se buscou explorar foi a correlação entre reprodução da pobreza e a imersão em redes sociais caracterizadas por processos de exclusão social. Jovens que contavam com redes de familiares e amigos enraizadas em localidades gravemente desindustrializadas realizaram suas transições para a vida adulta em circunstâncias adversas que comprometeram a formação de seus capitais sociais. Os autores lançam mão dos dados da pesquisa para salientar a importância da classe social e do que poderíamos chamar de “efeitos do lugar”⁸ sobre as transições da juventude para a vida adulta.

Os jovens, mesmo aqueles das periferias onde cidade não rima com cidadania, são mais plurais do que aquilo que a instituição escolar normalmente intui ou deseja perceber. As escolas esperam alunos e o que lhes chegam são sujeitos de múltiplas trajetórias e experiências de mundo. Muitas delas oriundas de redes de relacionamentos produzidas nos novos espaços-tempos da internet, dos mercados de consumo, de grupos culturais juvenis ou intergeracionais, de grupos religiosos e de culturas criativas e periféricas. Dentre essas, o hip-hop, a capoeira, o samba, o funk, o teatro popular, mas também as *redes da ilegalidade ou do crime*. (TELLES, 2009). São muitos os jovens aprisionados no espaço e no tempo – presos em seus bairros periféricos e com enormes dificuldades para articularem projetos de futuro. Sujeitos que, por diferentes razões, têm pouca experiência de circulação pela cidade e se beneficiam pouco ou quase nada das atividades e redes culturais públicas ofertadas em espaços centrais e mercantilizados dessas nossas cidades. Em geral, são jovens *vivendo em risco* (KOWARICK, 2000), morando em bairros violentados por inúmeras desigualdades, produtores de *sociabilidades violentas* (SILVA, 2000) e onde a força bruta se torna a chave organizadora da experiência pública e da resolução de conflitos.

Como fazer com que os jovens sejam sujeitos de suas próprias vidas e promotores da democracia? Esta é uma indagação de grande alcance para a reinvenção cotidiana da política em bases democráticas. Concordo com Touraine (1993) quando esse afirma que o indivíduo se faz sujeito quando consegue articular um projeto de vida. Três elementos, ainda segundo Alan

⁸ Luiz César de Queiroz Ribeiro tem coordenado estudos e pesquisas correlacionando a segregação residencial e as desigualdades das chances de escolarização de crianças e jovens em várias grandes cidades da América Latina. Sobre isso, ver Ribeiro e Kaztman (2008).

Touraine, são decisivos para essa projeção: 1. A resistência à dominação; 2. O amor a si mesmo – a liberdade pessoal como condição principal de sua felicidade e objetivo central; e 3. O reconhecimento dos demais sujeitos e o respaldo dado às regras políticas e jurídicas que dão ao maior número de pessoas as maiores possibilidades de viver como sujeitos.

A compreensão dos processos de socialização contemporânea dos jovens, o reconhecimento dos entraves para a vivência do ciclo de vida e entrada na vida adulta, assim como o reconhecimento de experiências positivas, saberes, culturas e possibilidades de ação, podem contribuir para o diálogo intergeracional no cotidiano escolar e outros territórios educativos. Parto do princípio de que muitos dos problemas que os educadores enfrentam nas salas de aula e espaços escolares com os jovens alunos têm origem em incompreensões sobre os contextos não escolares, os cotidianos e os históricos mais amplos, em que esses estão imersos. Dito de outra forma: torna-se cada vez mais improvável que consigamos compreender os processos sociais educativos escolares se não nos apropriarmos dos processos mais amplos de socialização.

Sposito (2003) defende que adotemos o ponto de vista de uma sociologia não escolar da escola, ou seja, buscar compreender os tempos e espaços não escolares dos sujeitos jovens que estão na escola, mas que não são, em última instância, da escola. O jovem aluno carrega para a instituição referências de sociabilidade e interações não escolares que se distanciam das referências institucionais que se encontram em crise de legitimação.

Os estudos sobre as socializações extrafamiliares e extraescolares dos jovens têm se configurado como elemento significativo para a compreensão das heterogeneidades e princípios contraditórios de socialização que penetram nos espaços formais educativos e contribui para o aumento da percepção de que a crise institucional se agrava em face de quebra das hierarquias entre “autoridades educativas” e os jovens sujeitos da aprendizagem que nem sempre se sujeitam aos valores e programas institucionais. A pesquisa de Zantem (2000) sobre a construção de atitudes e práticas desviantes de adolescentes de origem francesa é exemplar desses processos socializadores que se friccionam. A compreensão não deveria ser buscada unicamente no espaço-tempo da escola, até mesmo porque são originados em territórios que transcendem os limites físicos e o alcance simbólico da instituição escolar.

Um dos grandes desafios da contemporaneidade passou a ser a construção da unidade social em sociedades marcadas por significativas diferenças e desigualdades pessoais e coletivas. Escutar a si e ao outro se torna, portanto, a condição para o reconhecimento e a comunicação. Propiciar espaços-tempos educativos e promover processos de aprendizagem para que os sujeitos reconheçam a si mesmos e aos outros deveria ser meta prioritária das instituições escolares. Assim como estimular

aprendizagens que possibilitem o aumento das capacidades de selecionar conteúdos significativos frente ao “mundo de informações” e referências contraditórias que povoam cotidianos. Essas tarefas mediadoras podem assumir mais significados educacionais positivos do que o ensino da lista de conteúdos que tendem a organizar currículos.

Para escutar numa relação solidária é preciso, contudo, assumir a própria identidade, entrar em relação com a diferença e rejeitar as desigualdades. A questão da identidade pessoal e coletiva precisa ser concebida como um processo de interação e conflito. Os sujeitos, ao elegerem uma identidade, colocam-se em conflito com outros que a contestam. E a solução dos conflitos está relacionada com os recursos disponíveis aos contendores (a capacidade de ouvir posições divergentes e argumentar, por exemplo). A capacidade de escuta e argumentação são dois recursos fundamentais que, quando deixam de existir, podem provocar situações de violência. Muitos dos conflitos entre os jovens e as instituições são provocados pelas dificuldades de tradução dos sinais que não conseguimos decifrar. Há, portanto, uma crise de sentidos entre jovens, instituições e sujeitos adultos, habitantes que são de diferentes territórios espaciais e simbólicos da cidade. As instituições parecem não perceber que não se pode educar ou negociar na ausência de uma linguagem em comum.

Antes mesmo de se pensar em quais atividades educativas deveriam ser oferecidas para os jovens, deveríamos nos colocar a questão de como contribuir para que os indivíduos sejam diretores de suas próprias vidas. Do meu ponto de vista, a resposta pode ser encontrada na realização de processos de mediação que entendam o “trabalho de individuação” como processo relacional que pode provocar com que o jovem e a jovem busquem “o governo de si” (FOUCAULT, 2004). O desafio para eles e elas é que se constituam como sujeitos éticos e autônomos em seus múltiplos territórios existenciais. Neste processo há o reconhecimento do “outro” também como indivíduo de existência legítima e necessária para o equilíbrio pessoal e coletivo. Isso é utopia a ser praticada em contextos de coexistência democrática que possamos articular nos múltiplos territórios de práticas educativas quer sejam estes especificamente escolares ou outros espaços das cidades que se querem educadoras da juventude.

REFERÊNCIAS

- ARNETT, J. J. Conceptions of the transition to adulthood: Perspectives from adolescence to midlife. *Journal of Adult Development*, 8, p. 133-143, 2001.
- _____. Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, p. 469-480, 2000.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. Jeunesse et conjugaison des temps. *Sociologie et sociétés*, v. 28, n. 1, 1996.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.183-191.
- _____. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.
- CALVO, Gil. El envejecimiento de la juventud. In: *Revista Injuve – Autonomia de la juventud em Europa*, n. 71, p. 11-19, 2005.
- CARADEC, Vincent; MARTUCCELLI, Danilo. *Matériaux pour une sociologie de l'individu: perspectives et débats*. Paris: Presses Universitaires du Sptentrion, 2004.
- CARRANO, Paulo. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- _____. *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Faperj, 2002c.
- COTÉ, James E. The role of identity capital in the transition to adulthood: the individualization thesis examined. *Journal of Youth Studies*, vol. 5, n. 2, p. 117-134, 2002.
- CRUZ, Rossana Reguillo. *Emergencia de culturas juveniles: estratégias del desencanto*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2000.
- DUBET, François. *El declive de la institución: profesiones, sujetos e individuos em la modernidad*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2006.
- _____. Des jeneusses et des sociologies. Le cas français. *Sociologie et société*. Les jeunes. Montreal: Printemps, vol. 28, n. 1, p. 13-22, 1996.
- _____. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- GALLAND, Olivier. *Les jeunes*. 5. ed. Paris: La Découverte, 1996.
- GOFFMAN, E. *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio d'Água, 1993.
- GUERRA, Isabel. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. *Sociologia – Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 13, p. 59-74, 1993.
- JACQUES-SCHALLER, Jean. Conferência. In: GETESE, Grupo de Estudos de Temas em Sociologia da Educação. *Seminário de Pesquisa*. São Paulo: FE-USP, ago, de 2009. (coord. Marília Spósito).
- JUAN, Salvador. *Sociologie dès genres de vie – Morphologie culturelle et dynamique dès positions sociales*. Paris: Press Universitaires de France, 1991.
- KAUFMANN, Vincent; WIDMER, Éric D. L'acquisition de la motilité au sein des familles. *Espaces et sociétés* 2, n. 120-121), p. 199-217. 2005. Disponível em: <http://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=ESP_120_0199#citation>. Acesso: 05 jun. 2010.
- LAHIRE, Bernard. *Homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LECCARDI, Carmen. Facing uncertainty: temporality and biographies in the new century. In: *Nordic Journal of Youth Research*, London, vol. 13(2): 123-146, 2005.
- LEÓN, Oscar D.; SOTO, F. *Los desheredados*. Trayectorias de vida y nuevas condiciones juveniles. Valparaíso, Chile: Ediciones CIDPA, 2007.
- MacDONALD, Robert; SHILDRICK, Tracy; WEBSTER, Colin; SIMPSON, Donald. Growing up in poor neighbourhoods: the significance of class and place in the Extended Transitions of 'Socially Excluded' Young Adults. *Sociology*, London, vol. 39, n. 5, p. 873-891, dec. 2005.
- MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. *Reis: Revista española de investigaciones sociológicas*, n. 62, p. 193-242, abr./jun. 1993.

-
- MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-31.
- MARTUCCELLI, Danilo. *Cambio de Rumbo: La sociedad a escala del individuo*. Santiago: LOM Ediciones, 2007a.
- _____. *Gramáticas del individuo*. Buenos Aires: Losada, 2007b.
- _____. Lo intercultural ante la prueba de la dinámica entre exclusión e integración social. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n. 66-67, p. 53-68, s/d.
- MELUCCI, A. *O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global*. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2004.
- _____. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. *Passagio d'epoca: il futuro è adesso*. Milano: Feltrinelli, 1994.
- _____. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento – Entrevista a L. Auvritzer e T. Lyryra. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 40, p. 153-166, Nov. 1994a.
- PAIS, J. M. Tempos da vida: gerações, valores e trajetórias. OBSERVATÓRIO JOVEM, Grupo de Estudos. *Conferência*. Niterói: POSEDUC/UFF, ago. 2010.
- _____. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: AMBAR, 2003.
- RIBEIRO, L. César de Queiroz; KAZTMAN, Ruben. (Orgs.). *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.
- SILVA, Luiz A. M. da. Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Ibase, s/d.
- SCHWARTZ, S. J.; CÔTÉ, J. E.; ARNETT, J. J. Identity and agency in emerging adulthood: two development routes in the Individualization Process. *Youth & Society*, vol. 37, n. 2, p. 201-229, Dec. 2005.
- SINGLY, F. *La liberté de circulation de la jeunesse*, Paris: Institut pour la Ville en Mouvement, 2001.
- SPOSITO, M. P. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. *Revista USP*, Seção Textos, n. 57, p. 210-226, mar.-maio. 2003.
- _____. Juventude e escolarização. In: *Revista Brasileira de Educação*, Inep/Comped, n. 24, p. 221, dez. 2003. (Estado do Conhecimento, n. 7).
- TELLES, Vera Silva. Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. Rio de Janeiro: *Dilemas – Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, UFRJ, vol. 2, n. 5-6, p. 97-126, jul.-dez. 2009.
- TELLES, Vera e CABANES, Robert. *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- TOURAINÉ, A. Juventud y Sociedad en Chile. *RICCS*, Revista Internacional de Ciencias Sociales, Unesco, n. 137, p. 475-484, set. 1993.
- ZANTEN, A. van. Cultura da rua ou cultura da escola? *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 23-52, jan./jun. 2000.

ABSTRACT

The paper discusses the youth concept highlighting the contemporary social context in their individuation processes of social trajectories. The article pays attention to the limits of sociological approaches which infer immediately and speculative the "being young" of their social position, ignoring the singularity of biographies and choices in the course of experience. Likewise, it is critical to poststructuralist appropriations that put all the weight on the ability of the actors' agency in shaping ways of life. There is a bet in play: schools and other educational territories in the cities may be existential support for young people to undertake the transition to adulthood in the context of encouraging autonomy and democratic coexistence.

Keywords: Youth, school, city.

*Recebido em dezembro de 2011
Aprovado em dezembro de 2011*